

Percepções sobre (des)igualdade de gênero: estudo comparativo entre civis e policiais

Carla Cecília Rodrigues Almeida

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Marcos Aparecido de Souza

Polícia Militar do Paraná (PM-PR)

Éder Rodrigo Gimenes

Universidade Estadual de Maringá (UEM)/Centro Universitário de Maringá (UniCesumar)

O artigo compara as percepções de civis e militares no que diz respeito aos atributos que esses dois grupos associam a homens e mulheres e às atitudes que nutrem sobre o princípio da igualdade de gênero. Para tanto, dialoga com contribuições da teoria feminista e dos estudos sobre cultura policial. Os dados provêm de *surveys* aplicados a amostras representativas de cidadãos civis do Município de Maringá (PR) e de policiais militares do mesmo estado. Identificamos que as imagens construídas sobre homens e mulheres e posições favoráveis à igualdade de gênero são semelhantes entre civis e policiais. O gênero dos respondentes é relevante no sentido de que mulheres apresentam maior propensão à igualdade, e elementos específicos da cultura policial influenciam posições sobre igualdade de gênero, tornando os homens ainda menos dispostos no que se refere a esse assunto quando o tema abordado diz respeito às rotinas de trabalho na instituição.

Palavras-chave: igualdade de gênero, serviço público, sociedade civil, análise comparativa

[Artigo recebido em 2 de janeiro de 2017. Aprovado em 6 de outubro de 2017.]

Percepciones sobre (des)igualdad de género: estudio comparativo entre civiles y policías

Este artículo compara las percepciones de civiles y militares con respecto a los atributos que estos dos grupos asocian a los hombres y las mujeres y las actitudes que nutren acerca del principio de la igualdad de género. Para ello, dialoga con contribuciones de la teoría feminista y de los estudios sobre cultura policial. Los datos proceden de encuestas aplicadas a muestras representativas de la población civil en la ciudad de Maringá (PR) y de la policía militar del mismo estado. Hemos encontrado que las imágenes construidas sobre los hombres y las mujeres y posiciones favorables a la igualdad de género son similares entre civiles y policías. El género de los encuestados es relevante en el sentido de que las mujeres son más propensas a la igualdad, y elementos específicos de la cultura policial influyen en las posiciones sobre igualdad de género, por lo que los hombres se muestran aún menos inclinados con respecto a este asunto cuando el tema abordado se refiere a las rutinas de trabajo en la institución.

Palabras clave: igualdad de género, servicio público, sociedad civil, análisis comparativo

Perceptions on gender (in)equality: a comparative study between civilians and policies

This article compares civilians and military men perceptions with respect to the attributes that these two groups associate to men and women and the attitudes they hold about the principle of the gender equality. To do so, it dialogues with contributions from feminist theory and studies on police culture. The data comes from survey data applied to representative samples of civilians from the municipality of Maringá (PR) and from military police in the same state. We have identified that the images built on men and women and positions favorable to gender equality in society are similar between civilians and police. The gender of the respondents is relevant in the sense that women are more likely to be equal, and specific elements of the police culture influence positions on gender equality, making men even less willing in this matter when the subject is concerned with the institution routines.

Keywords: gender equality, public service, civil society, comparative analysis

Considerações iniciais

As desigualdades de gênero ganharam espaço importante nas últimas décadas no debate político, na agenda das políticas públicas e na produção acadêmica, orientando inclusive a construção de vários bancos de dados. Contudo, esses dados não se prestam a uma análise fácil porque, por um lado, permitem identificar sinais importantes de mudanças nos padrões tradicionais de arranjos familiares e de comportamentos que sempre dificultaram o pleno reconhecimento da igualdade entre mulheres e homens, de outro lado, entretanto, revelam que as estruturas que distribuem os gêneros em posições desiguais na sociedade são resistentes e continuam prescrevendo lugares específicos de atuação a homens e mulheres, legando a elas maiores responsabilidades na reprodução da vida doméstica e maiores custos para a participação na vida pública.

Assim, se em alguns aspectos podemos supor que as mulheres estão acumulando as condições consideradas necessárias para uma existência mais autônoma e com maior poder na vida coletiva, parece razoável considerar que os avanços na direção de uma maior igualdade de gênero não se processam de forma linear e harmônica nos diferentes grupos, espaços e instituições. Tendo em vista esse percurso marcado por ambiguidades e descompassos, pretendemos neste trabalho comparar valores e atitudes a respeito dos papéis de gênero entre uma amostra de civis e uma de policiais militares, com a intenção de saber se há distinções entre esses grupos no que se refere, de um lado, às características que atribuem a cada um dos gêneros e, de outro, a posições que nutrem sobre igualdade entre mulheres e homens.

Segundo várias teóricas feministas, as desigualdades de gênero estão profundamente relacionadas a concepções dicotômicas de público e privado, arraigadas no pensamento e na prática social e política ocidental. Essas concepções amparam instituições como a família e o casamento, o mercado de trabalho e a política, atribuindo responsabilidades específicas a cada um dos gêneros, resultando numa oneração das mulheres com os cuidados da vida doméstica e sua exclusão ou precária presença na vida pública. O fenômeno da divisão sexual do trabalho que decorre de uma associação do masculino ao público e do feminino ao privado estrutura, nessa perspectiva, as desigualdades de gênero, posicionando vantajosamente os homens em relação às mulheres nas diferentes esferas da vida social. Por outro lado, com base em pesquisas que caracterizam as atitudes e os valores gerados especificadamente no ambiente profissional do policial, podemos sugerir que encontramos na instituição polícia uma cultura específica, a cultura policial, que potencializaria posições contrárias à igualdade de gênero. Neste trabalho, pretendemos saber, portanto, em que medida os elementos constitutivos da cultura policial importam para os valores e atitudes nutridas a respeito da igualdade de gênero num grupo de policiais.

Para cumprir com esses objetivos, este artigo se baseia em dois bancos de dados. Os dados da amostra de não policiais resultam de um *survey* aplicado na cidade de Maringá, em 2011 (ALMEIDA; RIBEIRO; GIMENES, 2014). O cálculo da amostra probabilística foi realizado levando em consideração dados do IBGE/2010 sobre a população do município maior de 16 anos (284.602), um intervalo de confiança de 5% e nível de confiança de 95%. Foram conduzidas 309 entrevistas. Para garantir a representatividade da amostra foi empregada a técnica de amostragem de etapas múltiplas. Em primeiro lugar, foram listados os setores domiciliares em Maringá, segundo a última base da malha censitária do IBGE. Esses setores foram atualizados para delimitar o número efetivo de domicílios. Uma vez atualizados os setores, foram sorteados os domicílios. Na terceira etapa, foi aplicado um sistema de cotas de modo a garantir uma composição amostral semelhante à encontrada na população em termos de atributos fundamentais como sexo, idade e escolaridade.

Os dados da amostra de policiais foram baseados num *survey* aplicado aos policiais militares do Paraná, com um intervalo de confiança de 4% e um índice de confiabilidade de 96%. Na definição da amostragem, a representatividade do universo foi definida segundo cinco critérios: sexo, cargo (posto ou graduação), escolaridade, tipo de serviço (operacional ou administrativo) e idade. Numa população de 16.267 policiais militares, obteve-se o retorno de 629 questionários autoadministrados, por conglomerados de 20 questionários aplicados em 32 unidades policiais militares distribuídas pelo Estado do Paraná¹.

Contando com esta seção introdutória, o artigo está estruturado em quatro partes. Na segunda, mobilizamos algumas autoras da teoria feminista que analisam as implicações de determinadas concepções de público e privado para a estruturação das desigualdades de gênero nas diferentes instituições da sociedade. Na terceira, apresentamos o conceito de cultura policial como uma possibilidade para explicar determinados valores e atitudes que são gerados particularmente no ambiente ocupacional do policial. Finalmente, na quarta, combinamos essas vertentes teóricas para analisar os dados encontrados nas duas amostras aqui consideradas. A última seção apresenta as considerações finais acerca da discussão empreendida no artigo.

As desigualdades de gênero em leituras feministas

Embora a teoria política feminista se configure num terreno plural e conflituoso, a crítica a concepções difundidas no pensamento e na prática política que separam e opõem vida pública e privada ocupa uma posição central na maioria de suas

¹ Esse *survey* foi planejado, elaborado e executado no âmbito dos trabalhos de mestrado de Souza (2014) e Tordoro (2014).

vertentes (PATEMAN, 1996; CYFER, 2010). Para essas, àquela dicotomia subjazem outras, como cultura e natureza, razão e sensibilidade, mente e corpo, liberdade e necessidade, que foram fundamentais para justificar e legitimar a condição desigual dos gêneros na participação da vida coletiva, prescrevendo a homens e mulheres características e lugares exclusivos ou predominantes de atuação. Nessas perspectivas, pelas suas características intrínsecas, os homens seriam os sujeitos e os porta-vozes por excelência dos primeiros polos daqueles pares e as mulheres, dos segundos.

Para as feministas, esse tipo de concepção, espalhada pelo pensamento político ocidental, naturaliza as distintas responsabilidades que os gêneros teriam na reprodução da vida e responde pelas desigualdades de poder que estruturam as relações entre as mulheres e os homens, nas diferentes instituições sociais. Como enfatiza Carole Pateman (1996), a associação entre “feminino e natureza” e “masculino e cultura” resulta na desqualificação e naturalização das atividades atribuídas às mulheres.

Em uma direção semelhante, para Tronto (1997), cuidar é uma atividade regida pelo gênero de tal maneira que às mulheres são atribuídas responsabilidades de “cuidar de” e aos homens, responsabilidades de “ter cuidado com”. O “cuidar de” aparece como uma atividade “óbvia”, pertencente ao terreno das necessidades e da natureza, ao contrário do “ter cuidado com”, que envolveria escolhas morais mais relevantes e profundas. Desse modo, a cada um daqueles tipos de cuidados correspondem pesos morais distintos e, por isso, na sociedade, entendemos que

[...] os homens se preocupam com o dinheiro, carreira, ideias e progresso; mostram que se preocupam com o trabalho que realizam, os valores que têm e o sustento de suas famílias [...]. As mulheres cuidam de suas famílias, vizinhos e amigos, e o fazem ao realizar o trabalho direto de cuidar. O percurso prossegue assim: os homens se preocupam com as coisas mais importantes enquanto as mulheres se preocupam com aquelas de menos importância (TRONTO, 1997, p. 186).

A atribuição às mulheres das tarefas correspondentes aos cuidados dos filhos, idosos e doentes resulta em custos para seu envolvimento nas outras esferas da vida, ao passo que oferece um importante suporte aos homens, liberando-os para a busca do sucesso profissional. Essa situação torna as mulheres vulneráveis não apenas porque elas se tornam mais dependentes, já que não dispõem dos mesmos recursos de tempo para a qualificação profissional, mas também porque o sucesso na vida profissional é um feito valorizado na sociedade, enquanto que os afetos desenvolvidos nas atividades dos cuidados domésticos são vistos, na esfera pública, como obstáculos para aquele sucesso. Essa situação, portanto, reforça o domínio masculino na vida pública e na própria esfera doméstica (OKIN, 1989).

Os afetos e o envolvimento gerado pelas atividades do mundo doméstico tornariam as mulheres, em algumas leituras, intrinsecamente parciais, emocionais, impróprias, portanto, para tomar decisões públicas. Segundo Young (1987), por exemplo, é possível identificar essa leitura em teorias que tiveram forte influência na sustentação das instituições modernas, como as de Hegel e Rousseau. Nessas teorias, o espaço público deveria ser exclusivo a sujeitos aptos à razão imparcial; logo, as mulheres, historicamente reconhecidas como afetivas e emocionais, portavozes dos desejos e das paixões e, portanto, do mundo das necessidades, deveriam ser mantidas no espaço privado. As mulheres não seriam capazes do raciocínio imparcial, que superaria as paixões e, por isso mesmo, alcançaria uma medida universal para julgar e olhar todas as posições, feito que Young considera, inclusive, ilusório. Para ela, ninguém consegue alcançar essa imparcialidade requerida para a participação no espaço público, mas essa exigência serve para justificar a exclusão de determinados grupos das decisões públicas, como mulheres, os despossuídos, os não brancos etc. No entendimento dessa autora, “o ideal de imparcialidade exige a construção de um eu abstraído do contexto de qualquer pessoa real” (YOUNG, 1987, p. 70).

Na mesma direção, ao considerar a maneira como a emoção foi tratada na tradição filosófica ocidental, Jaggar (1997, p. 157) afirma que, nesta, “[...] a razão não só se opõe à emoção, mas é associada ao mental, ao cultural, ao universal, ao público e ao masculino, enquanto a emoção é associada ao irracional, ao físico, ao natural, ao particular, ao privado e, obviamente, ao feminino”.

Nesse tipo de perspectiva, portanto, determinados comportamentos não são apenas esperados, mas exigidos dos gêneros de acordo com suas supostas características intrínsecas. As mulheres devem expressar suas emoções e os homens manter sua postura e compostura diante de determinadas situações, sob o custo de serem alvos de suspeitas de “comportamentos desviantes”. Em crítica a essa visão dicotômica de razão e emoção, Jaggar (1997, p. 180) afirma que aquilo que identificamos como emoção “é uma abstração conceitual de um complexo processo de atividade humana, que também envolve agir, sentir e avaliar”.

Como alternativa, portanto, a visões dicotômicas e naturalizadas de público e privado, essas feministas argumentam que os papéis de gênero são historicamente construídos e os acontecimentos da esfera doméstica e da esfera pública não se processam isoladamente, apartadamente, mas relacionalmente. Como consequência, muitas delas também questionam a supervalorização existente nos quadros teóricos estabelecidos e nos próprios valores presentes na sociedade dos polos da esfera pública, da liberdade e da razão, em detrimento da esfera privada, da necessidade, da sensibilidade, da emoção e do corpo.

Mas é fundamental registrar que, para algumas vertentes do feminismo, como as denominadas “maternalistas”, “feminismo cultural” e “radical”, a estratégia para enfrentar as desigualdades de gênero não deveria passar pela negação de características específicas dos gêneros. Ao contrário, para essas, o feminismo deveria promover o reconhecimento das diferenças, como forma de valorizar as características morais e a ética específica do gênero feminino (SQUIRES, 2000). As denominadas “maternalistas”, por exemplo, consideram que a ética ocidental teria excluído a moralidade feminina oriunda das relações de “cuidado”, características das relações mãe e filho. O objetivo do feminismo deveria ser não o de negar essa moral, mas o de promovê-la. Embora alvo de fortes críticas no interior do próprio feminismo, essas vertentes são reconhecidas por várias teóricas por promover e valorizar a experiência moral e ética feminina.

Assim, o reconhecimento de diferenças entre os gêneros não necessariamente se desdobra em uma leitura que os hierarquizam e na qual o feminino aparece subordinado ao masculino. De todo o modo, para os propósitos deste texto, importa salientar que várias feministas consideram que as concepções dicotômicas acima apresentadas, amparadas nas atribuições de características essencialmente femininas e masculinas, estruturam as desigualdades de gênero, posicionando de maneira hierarquizada homens e mulheres na sociedade. Assim, as teorias feministas nos fornecem uma importante contribuição para compreender, desde uma perspectiva mais macro, as desigualdades de gênero. Mas será que não precisamos conhecer, num nível mais micro, os valores que orientam o comportamento em instituições específicas para sabermos efetivamente como operam e se reproduzem as desigualdades de gênero em contextos particulares ou em que circunstâncias específicas o reconhecimento de diferenças pode ser suporte de hierarquias e desigualdades? Considerando a importância de tais perguntas, a seguir apresentamos o conceito de cultura policial de modo a testar sua relevância para a compreensão de atitudes e valores nutridos sobre os papéis de gênero na instituição policial, a fim de subsidiar nossa investigação acerca das percepções sobre o tema.

Cultura policial e gênero

A bibliografia denomina cultura policial um conjunto compartilhado de atitudes e valores criado em resposta a tensões próprias da natureza do trabalho policial, que é transmitido ao longo de gerações profissionais por meio dos processos de socialização formais (treinamentos e aprendizado das regras e da própria história da instituição) e informais (vivência e contato posteriores com os pares mais antigos). Para apresentar as características do ambiente ocupacional que geram

essas tensões, as atitudes que os policiais constroem para lhes oferecer respostas e os resultados decorrentes de tais atitudes, vamos nos basear, sobretudo, na ampla revisão bibliográfica disponibilizada por Paoline (2003) a respeito das pesquisas realizadas sobre o conceito de cultura policial, principalmente por pesquisadores americanos.

Baseando-se no autor, é possível dizer que o ambiente ocupacional do policial é constituído por duas faces. A primeira é aquela que tem a ver com o seu trabalho junto à sociedade, aos cidadãos no geral; a segunda refere-se ao trabalho junto aos pares, ou seja, ao ambiente organizacional. Na sua relação com a sociedade, o ambiente de trabalho do policial é marcado pela presença potencial do perigo e pela autoridade da qual ele é investido diante dos cidadãos. Em função do fato de que “a cada dobrar de esquina” existe a possibilidade do confronto, da violência, inclusive porque ele é facilmente reconhecido enquanto que o criminoso não o é, o policial é um profissional constantemente preocupado em se antecipar às situações de risco. A experiência de viver a ameaça permanente reforça no policial a necessidade de “exibir” sua autoridade diante dos cidadãos, o que comprometeria em determinadas situações o próprio discernimento desse profissional para fazer uso de sua autoridade nos limites das normas instituídas. Estas são vistas como obstáculos para o efetivo cumprimento de sua função. Desse modo, a adesão do policial às normas variaria de acordo com o risco ao qual ele considera estar exposto (SKOLNICK, 1966; PAOLINE, 2003).

O ambiente organizacional envolve a relação dos policiais com seus pares, com a hierarquia da instituição e com as suas normas. Dois elementos seriam marcantes desse ambiente: a exposição permanente à supervisão/punição e a ambiguidade própria do papel do policial. No que diz respeito ao primeiro elemento, o policial tem que fazer cumprir as leis, mas nos limites das regras processuais e dos regulamentos, cuja violação resulta em medidas disciplinares. Nesse ambiente, o profissional sabe que é muito mais reconhecido pelo que faz de “errado processualmente” do que pelo resultado substantivo de sua ação, ainda que ela seja positiva. Trata-se de um profissional que sabe que está constantemente exposto a uma avaliação negativa (PAOLINE, 2003). O segundo elemento tem a ver com a ambiguidade de uma função da qual se espera o cumprimento de tarefas que não se restringem ao combate ao crime (ao policial cabe, por exemplo, funções de manutenção da ordem), mas que não são fontes de reconhecimento. A instituição policial tem historicamente atribuído reconhecimento apenas para a tarefa de combate ao crime. A ambiguidade está no fato de que se espera que o policial cumpra as funções que não têm prestígio e reconhecimento.

A combinação desse conjunto de elementos constitutivos do ambiente ocupacional do policial gera estresse e ansiedade e é a maneira como esse profissional lida ou reage a esses sentimentos que produz uma cultura específica, uma cultura especificamente policial (PAOLINE, 2003).

No que diz respeito ao trabalho operacional, de rua, os mecanismos de defesa acionados pelos policiais são a desconfiança permanente e a capacidade de estar sempre “preparado” diante dos cidadãos. O comportamento desconfiado é uma forma de lidar com a incerteza, com a sensação do risco iminente, possibilitando ao policial uma margem de previsibilidade diante de situações diversas. Esse comportamento tem muito a ver com “saber ler pessoas e situações”, de modo a selecionar e classificar “cidadãos suspeitos” diante do possível perigo que representam.

Os mecanismos de defesa gerados em resposta às tensões do ambiente organizacional criam as mediações necessárias entre as pressões externas e as demandas e expectativas internas envolvidas no desempenho de sua função. De um lado, trata-se de assumir uma postura de autoproteção para evitar futuras sanções/punições/acusações, o que implica evitar situações que envolvam riscos para sua imagem, que chamem demais a atenção para si. De outro, trata-se de manter uma forte imagem de “combatente do crime”, em detrimento das outras funções que fazem parte do trabalho policial. Ou seja, um dos caminhos por meio dos quais se busca resolver a ambiguidade do seu papel na sociedade é se identificar com o que oficialmente tem se esperado dele. E como a aplicação estrita da lei pode entrar em conflito com seu mecanismo de defesa de evitar sanções futuras, muitos policiais acabam fazendo uma triagem para incidir nos eventos criminais, preferindo aqueles menos ambíguos e com mais chances de lhe brindar com a imagem do combatente do crime. O acionamento desses mecanismos de defesa produz como resultado um alto senso de proteção mútua e o isolamento social, uma desconfiança generalizada a quem não é policial e preconceito a determinados perfis julgados previamente como suspeitos.

A existência de zonas de ambiguidades (às vezes repressor, às vezes protetor) e a visão da atividade profissional como missão são também elementos constitutivos dessa cultura (BRETAS, 1997; LIMA, 2008). Para Lima (2008), os policiais atuam segundo um “código consensual” que, sob pressões do Estado e da sociedade, implica saber que a resposta do policial diante de uma situação de perigo que lhe é apresentada exige que o mesmo possua as qualidades de um “perfil ideal”, de um “herói” cuja missão é garantir a aplicação da lei e da ordem e que saiba lidar com as tensões diárias, além de possuir condições de fazer frente às situações de risco e ser, dessa forma, reconhecido pelo grupo. Como podemos sugerir, numa cultura em que a força e a coragem são atributos indispensáveis para o reconhecimento entre os pares, as mulheres encontram dificuldades de entrar e permanecer na polícia de forma isonômica.

A vida em caserna se baseia numa relação de poder estabelecida por dois elementos fundamentais e complementares, que são as “vigas mestras” da instituição, a hierarquia e a disciplina. A hierarquia é reconhecida institucionalmente

como o escalonamento vertical entre postos e graduações e que distingue um policial militar de outro em termos de superioridade. A “disciplina” militar, por sua vez, é reconhecida como sendo uma forma de se enquadrar às exigências necessárias para o desempenho da função policial militar. Esses “valores institucionais” invocam uma condição diferenciada de convivência interna e de exigências que acabam por ultrapassar as margens do que é entendido como “normalidade social”. A atividade policial militar exige sacrifícios pessoais, e por vezes é chamada de “sacerdócio”, pelo entendimento de que esses compromissos devem ser levados às últimas consequências. Outras atividades profissionais não exigiriam tanto sacrifício e desapego como a policial militar, cuja honra estaria no reconhecimento por ato de bravura, ferimentos e até a morte em combate. Não há como negar que esses códigos de comportamento influenciam a maneira como homens e mulheres são vistos no desempenho das atividades policiais. Afinal, como discutido no item anterior, por suas supostas características específicas e naturais, as mulheres não estariam aptas a exercer a autoridade e a reagir às situações de perigo que são próprias do papel policial.

Na bibliografia sobre o assunto, há um debate sobre o grau em que essa cultura é compartilhada tendo em vista a existência de diversas clivagens no interior da instituição, como o posto exercido pelos indivíduos, o lugar ocupado na hierarquia, as especificidades departamentais da instituição, a função desempenhada (operacional, que envolve o trabalho de rua, e administrativo, que envolve as atividades burocráticas e organizacionais da instituição), o gênero, a origem étnica, a escolaridade etc. As mudanças nos perfis demográficos da instituição policial promovidas em vários países ao longo das últimas décadas, como uma maior presença feminina nos seus quadros, por exemplo, vêm motivando fortemente esse debate. De modo geral, a bibliografia tem prestado atenção na influência que essas variáveis podem exercer no grau em que os valores e atitudes da cultura policial são compartilhados.

Conforme observa Zamakona (2000), por exemplo, as polícias militares estão passando por um período de modernização, buscando responder uma exigência, que parte da sociedade, por uma polícia menos violenta e de “proximidade”. Para Calazans (2005), no Brasil, a entrada de mulheres na polícia parece estar associada à busca de uma maior credibilidade institucional pós-ditadura, de construção de um perfil policial menos voltado para o uso da força. No entanto, essa inserção ainda vem acompanhada por determinadas visões que estabelecem lugares fixos para cada um dos gêneros no desempenho das atividades policiais, nos quais aos homens caberiam os papéis mais valorizados, de maior importância; ao passo que,

às mulheres, os papéis considerados secundários, associados à burocracia. De todo o modo, essa inserção gera tensões nos usos e costumes, nos códigos consensuais que, típicos da cultura policial, favorecem e promovem os valores tipicamente associados ao gênero masculino.

Atitudes e valores relacionados à igualdade de gênero na Polícia Militar e numa amostra da população

Neste estudo, como mencionamos anteriormente, buscamos identificar, num primeiro momento, a existência de distinções entre duas amostras, uma constituída por policiais e outra por não policiais, a respeito de atribuição de características específicas a mulheres e homens e de suas atitudes e valores em relação à igualdade de gênero, tendo em vista perguntas que tematizam os papéis de gênero na sociedade. Num segundo momento, para estabelecer comparações, quisemos saber como os policiais se posicionam sobre questões que abordam a igualdade de gênero quando o assunto diz respeito às rotinas de trabalho da corporação. Para os dois tipos de preocupação, importou também saber quais seriam os preditores das opiniões encontradas, como sexo, escolaridade e idade. No que diz respeito aos policiais, incluímos também como possíveis preditores as funções ou postos hierárquicos ocupados pelos indivíduos e o tipo de trabalho que desempenham, já que há uma evidente distinção de prestígio na corporação entre as atividades-meio (que se referem às atividades administrativas e burocráticas da corporação) e as atividades-fim (que consistem no trabalho propriamente de rua, de combate direto ao crime). Conforme vimos, a bibliografia tem apontado para a importância de considerar as clivagens internas aos policiais para um melhor entendimento do grau em que os valores e atitudes da cultura policial são compartilhados, bem como dos próprios filtros que podem influenciar a forma de manifestação de alguns de seus elementos constitutivos.

Para responder à primeira preocupação, empreendemos duas análises. Inicialmente, procedemos a análises descritivas de um conjunto de dez características cujo enunciado questionava “Quem é mais [1] inteligente; [2] decidido; [3] trabalhador; [4] cuidadoso com a própria saúde; [5] cuidadoso com a família; [6] emotivo; [7] solidário; [8] competitivo; [9] ambicioso; e [10] honesto”? As opções de respostas eram “homens”, “igualmente” e “mulheres” e os resultados, expostos na Tabela 1, demonstram que há poucas diferenças entre as opiniões dos dois grupos estudados com relação às características constantes nas baterias de questões.

Tabela 1 – Atribuição de características aos gêneros (%)

	Maringaenses			PMPR		
	Homens	Igualmente	Mulheres	Homens	Igualmente	Mulheres
Inteligente	7,1	74	18,8	9,6	81	9,4
Decidido	35,6	28,1	36,3	42,8	41,9	15,3
Trabalhador	15,9	60,4	23,7	20,1	67	12,9
Cuidadoso com a própria saúde	1,6	6,8	91,6	1,9	13,4	84,7
Cuidadoso com a família	1,9	26	72,1	2,5	28,5	68,9
Emotivo	1,3	15,3	83,4	2,7	11,8	85,5
Solidário	6,5	33,8	59,7	12,4	42,7	44,9
Competitivo	48,7	35,3	16	49,4	36,1	14,5
Ambicioso	46,7	33	20,3	48,4	36,5	15,1
Honesto	3,6	59,7	36,7	4,3	65	30,7

n = 302; 628.

Fontes: Bancos de dados *Cultura política, gênero e democracia nas eleições presidenciais de 2010 no Brasil* (ALMEIDA; RIBEIRO; GIMENES, 2014) e *Direitos humanos e gênero na PMPR 2012/2013*.

Destacamos primeiramente as convergências identificadas: ser inteligente, trabalhador e honesto são características comuns a homens e mulheres, ao passo que ambos os grupos consideram os homens mais competitivos e ambiciosos e as duas amostras enxergam as mulheres como mais cuidadosas tanto com a família quanto com a própria saúde e também como mais emotivas e solidárias. Vale destacar que a única característica com concentrações percentuais diferentes entre os dois grupos diz respeito a “ser decidido”. Entre os cidadãos maringaenses, temos uma distribuição semelhante para as respostas “homens são mais decididos” e “mulheres são mais decididas”, com leve predominância da segunda alternativa. Entre os policiais, a ligeira maioria indicou que homens são mais decididos em comparação com aqueles que consideram que tal característica é igualmente distribuída entre os gêneros. No segundo grupo, o dos policiais, foram poucos os que consideraram as mulheres mais decididas.

Ademais, vemos que os PMs responderam com maior frequência do que a população maringaense que a maior parte das características analisadas se verificam tanto entre homens quanto entre mulheres. A única exceção fica por conta do menor percentual encontrado para emotividade. Por fim, outro ponto que destacamos é que poucos respondentes, entre ambos os grupos, destacaram algumas características como majoritariamente verificadas entre homens, uma vez que a Tabela 1 expõe muitos percentuais abaixo de 10% na coluna referente ao gênero masculino.

Visando identificar padrões de atribuições de características e contribuir para responder nossa primeira questão, realizamos análises fatoriais com dados de ambos os bancos. Nos testes, expostos na Tabela 2, verificamos que apenas a variável honestidade não foi agrupada nos mesmo fatores entre os maringaenses e os policiais. De todo modo, a distribuição das respostas às características em três fatores para os dois grupos contribui para atingirmos nosso objetivo de verificar os padrões dos comportamentos sob análise.

Tabela 2 – Análise fatorial de atribuição de características

	Maringaenses ¹			PMPR ²		
	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 1	Fator 2	Fator 3
Inteligente	0,15	0,691	-0,119	0,103	0,623	-0,026
Decidido	-0,043	0,68	0,175	-0,096	0,638	0,025
Trabalhador	0,096	0,653	0,086	0,138	0,717	0,086
Cuidadoso com a própria saúde	0,654	0,036	0,178	0,701	-0,08	-0,065
Cuidadoso com a família	0,754	0,129	0,14	0,648	0,19	-0,07
Emotivo	0,661	0,087	-0,147	0,688	-0,089	-0,034
Solidário	0,687	0,176	-0,144	0,584	0,032	-0,025
Competitivo	0,07	0,093	0,774	-0,051	0,064	0,812
Ambicioso	-0,051	0,066	0,784	-0,047	0,005	0,805
Honesto	0,181	0,522	0,057	0,537	0,167	0,035

Método de extração: Análise dos componentes principais

Método de rotação: Varimax com normalização de Kaiser

Rotação convergida com 4 iterações

¹ Sig. = ,000. Soma da extração de cargas quadradas (% do fator de variância): 1 = 24,22; 2 = 14,77; 3 = 11,52. n=302.

² Sig. = ,000. Soma da extração de cargas quadradas (% do fator de variância): 1 = 21,47; 2 = 14,80; 3 = 11,54. n=628.

Fontes: Bancos de dados *Cultura política, gênero e democracia nas eleições presidenciais de 2010 no Brasil* (ALMEIDA; RIBEIRO; GIMENES, 2014) e *Direitos humanos e gênero na PMPR 2012/2013*.

A análise fatorial nos permite inferir que as atribuições de respostas às características elencadas na Tabela 2 são semelhantes entre civis e policiais para nove das dez variáveis constantes nas baterias dos bancos de dados, o que denota semelhanças entre os grupos no que diz respeito à atribuição de características a homens e mulheres. Não percebemos nesse aspecto, portanto, influência da cultura específica da instituição Polícia Militar na construção das imagens femininas e masculinas. Essas imagens seguem uma lógica esperada, tal como discutido anteriormente, que associa mulheres a atitudes “desinteressadas e altruístas”, e homens, em contraponto, a atitudes mais “egoístas e competitivas”.

Como também mencionamos anteriormente, no interior do feminismo há vertentes que argumentam pela existência de uma “ética do cuidado” advinda da particular experiência com a maternagem. Trata-se de uma “ética do desvelo”, desinteressada, própria das mulheres. E, também como vimos, portanto, o reconhecimento de diferenças entre os gêneros não é sempre e necessariamente lido como desigualdade.

Por isso, com vistas a responder a segunda questão proposta para este artigo, nos dedicamos à análise de variáveis que mensuram a noção de igualdade de gênero entre os grupos considerados. Nesse sentido, verificamos em ambos os bancos de dados a presença de uma bateria de afirmações iguais acerca de manifestações de igualitarismo² na vida cotidiana, para as quais os respondentes foram inquiridos a responder se “discordam totalmente”, “discordam”, “concordam” ou “concordam totalmente”. Os percentuais de indivíduos que responderam concordar ou concordar totalmente com cada uma das afirmações foram agregados para exposição na Tabela 3.

Tabela 3 – Percepção de igualdade de gênero (% de concordância com afirmações)

Afirmação	Maringaenses	PMPR
Cuidar de casa e dos filhos traz tanta satisfação quanto trabalhar fora.	65	54,8
Quando há poucos empregos os homens devem ter prioridade.	18	23,4
Mulheres devem trabalhar fora apenas quando o sustento da família depende disso.	26,2	24,4
Fazer faculdade é mais importante para os homens.	4,9	8,5
Os homens fazem negócios melhor que as mulheres.	19	20,7

n = 309; 628.

Fontes: Bancos de dados *Cultura política, gênero e democracia nas eleições presidenciais de 2010 no Brasil* (ALMEIDA; RIBEIRO; GIMENES, 2014) e *Direitos humanos e gênero na PMPR 2012/2013*.

Os resultados apresentados na Tabela 3 demonstram que a percepção de igualdade de gênero para as cinco afirmações abordadas é semelhante entre os cidadãos maringaenses e os policiais militares paranaenses, uma vez que ambos os grupos concordam de maneira expressiva que “cuidar de casa e dos filhos traz tanta satisfação quanto trabalhar fora”, mas discordam fortemente das demais afirmações, com percentuais cuja maior diferença atinge 5,4%. Vale destacar que

² Utilizamos o termo igualitarismo como sinônimo de atitudes e valores favoráveis à igualdade de gênero.

a concordância expressiva com a primeira afirmação, nos dois grupos, sugere um importante ganho sob o ponto de vista de algumas teóricas feministas que apontam a desvalorização das atividades e do trabalho realizados na esfera privada como um obstáculo à promoção da igualdade de gênero. Afinal, se tais atividades e trabalhos ficam ainda na maior parte do tempo sob a responsabilidade das mulheres, então, quando elas são desvalorizadas, isso significa falta de reconhecimento da contribuição desse grupo à vida coletiva. Adicionando-se a isso, a desvalorização das atividades e do trabalho realizado na esfera privada também dificulta uma renegociação entre os gêneros da partilha de suas responsabilidades, o que reproduz a condição vulnerável das mulheres, dentro e fora da vida doméstica (OKIN, 1989).

Para avançar na análise desses dados a partir de testes multivariados, reunimos as afirmações num indicador³ que denominamos Índice de Igualdade de Gênero na Sociedade (IIGS). Esse indicador apresenta escala de 0 a 5 pontos, na qual cada resposta contrária às afirmações apresentadas na Tabela 3 representa um ponto, de modo que quanto maior a pontuação do indivíduo, maior a manifestação de “igualitarismo”⁴.

Tabela 4 – Índice de igualdade de gênero entre maringaenses e policiais militares do Paraná

	Maringaenses		PMPR	
	%	% acum.	%	% acum.
0	0,7	0,7	3,3	3,3
1	3,4	4	5,2	8,5
2	10,4	14,5	9,4	17,9
3	21,2	35,7	16,6	34,5
4	43,1	78,8	39,2	73,8
5	21,2	100	26,2	100
Total	100	-	100	-
Média	3,6633	-	3,6203	-

n = 309; 628.

Fontes: Bancos de dados *Cultura política, gênero e democracia nas eleições presidenciais de 2010 no Brasil* (ALMEIDA; RIBEIRO; GIMENES, 2014) e *Direitos humanos e gênero na PMPR 2012/2013*.

³ Testamos a confiabilidade da redução das variáveis pelo comando *Reliability Statistics* do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), cujo resultado é mensurado pelo Alpha de Cronbach, que indica a confiabilidade da agregação de diferentes variáveis numa única e varia entre 0 e 1 (MAROCO, 2007). Valores acima de ,500 são considerados satisfatórios para a redução (RENNÓ *et al.*, 2011).

⁴ O IIGS do banco de dados da população maringaense retornou Alpha de ,596 e o IIGS do banco de dados da PMPR retornou Alpha de ,698, valores que nos permitem reduzir os conjuntos de afirmações a indicadores de maneira estatisticamente confiável.

A descrição detalhada dos percentuais de respostas por pontos da escala do IIGS encontra-se na Tabela 4, na qual é perceptível a baixa diferenciação entre as manifestações de igualitarismo entre civis e policiais militares, o que reforça a ideia de que não há diferenças entre opiniões dos entrevistados dos distintos conjuntos, especialmente se observarmos as médias identificadas para os índices, praticamente iguais para ambos os grupos.

Contudo, considerando o fato de o índice se constituir em indicador robusto da percepção de igualdade de gênero entre os grupos analisados, realizamos testes multivariados a fim de verificar se o sexo⁵, a faixa etária⁶ e o nível de escolaridade⁷ dos entrevistados são preditores do IIGS. Os resultados dos modelos de regressão linear seguem na Tabela 5.

Tabela 5 – Preditores da igualdade de gênero entre maringenses e policiais militares do Paraná

	Maringenses ¹			PMPR ²		
	<i>B</i>	<i>Beta</i>	<i>p</i>	<i>B</i>	<i>Beta</i>	<i>p</i>
Constante	3,993		0	3,189		0
Sexo [masculino]	-0,289	-0,135	0,016	-0,538	-0,122	0,004
Idade [faixas]	-0,319	-0,177	0,002	-0,103	-0,037	0,378
Escolaridade [faixas]	0,264	0,222	0	0,323	0,144	0,001

¹ R² ajustado = ,097; ANOVA = ,000; n=302.

² R² ajustado = ,034; ANOVA = ,000; n=628.

Fontes: Bancos de dados *Cultura política, gênero e democracia nas eleições presidenciais de 2010 no Brasil* (ALMEIDA; RIBEIRO; GIMENES, 2014) e *Direitos humanos e gênero na PMPR 2012/2013*.

Os modelos são considerados consistentes por atenderem aos pressupostos definidos por Maroco (2007) e Figueiredo Filho *et al.* (2011)⁸, o que nos permite inferir que os resultados decorrentes de suas análises podem ser extrapolados para

⁵ A variável sexo teve como categoria de referência “masculino”.

⁶ Considerando as categorizações sobre efeitos geracionais (KINDER, 2006; FINLAY; WRAY-LAKE; FLANAGAN, 2010; OKADO, 2013) e o impacto da faixa etária dos indivíduos sobre suas percepções relacionadas à vida social, ao mundo do trabalho e à política (DALTON, 2013), as amostras foram divididas em três faixas etárias: jovens (16 a 29 anos), adultos (30 a 64 anos) e velhos (65 anos ou mais).

⁷ Atributo fortemente associado ao desenvolvimento de habilidades cívicas (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995), segundo o qual os indivíduos foram classificados em quatro categorias: “até Ensino Fundamental incompleto”, “Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio/Técnico incompleto”, “Ensino Médio/Técnico completo ou Ensino Superior incompleto” e “Ensino Superior completo ou pós-graduação”.

⁸ Linearidade dos parâmetros, mensuração das variáveis, termo aleatório de erro, homocedasticidade, ausência de autocorrelação entre os casos, correlação entre variáveis independentes e o termo de erro, especificação adequada do modelo, multicolinearidade, distribuição do termo do erro e proporção mínima entre o número de casos e o número de parâmetros.

a totalidade das populações cujas amostras analisamos. Em se tratando das variáveis independentes que compõem o modelo, é possível verificar que nem todas aquelas que foram testadas possuem capacidade explicativa para ambos os grupos.

Em se tratando do IIGS para a amostra dos cidadãos maringaenses, as três variáveis independentes testadas apresentaram capacidade explicativa estatisticamente significativa (menores que ,050), porém com distintos efeitos de coeficientes de regressão (B). Já entre os policiais militares do Paraná, sexo e escolaridade são preditores do IIGS, ao passo que a faixa etária dos respondentes não é significativa.

Os efeitos negativos da variável sexo em ambos os modelos nos possibilitam inferir que homens tendem a manifestar posicionamentos de menor concordância com posições igualitárias, consideradas as afirmações expostas na Tabela 3. Em outras palavras, mulheres apresentam disposições mais favoráveis à igualdade de gêneros tanto entre civis quanto entre policiais. Assim, se anteriormente não encontramos diferenças nas duas amostras no que diz respeito às características atribuídas a mulheres e homens, podemos dizer, entretanto, que importa pertencer a um dos gêneros para possuir uma atitude mais ou menos favorável à igualdade entre eles, nos dois casos investigados. Nesse aspecto, podemos recorrer a Young (2000), segundo a qual gênero estrutura posições hierárquicas na sociedade, assim como classe e etnia. Ou seja, os indivíduos estão posicionados em vantagem ou desvantagem na estrutura social em função do seu gênero e, conforme a autora, o pertencimento a uma mesma posição tende a gerar pontos de partidas comuns para enxergar a sociedade, ou tende a gerar, como ela diz, uma “perspectiva comum”. Isso não significa que mulheres e homens formem grupos homogêneos internamente em termos de opiniões, crenças e interesses, mas eles tenderão a possuir, dependendo do gênero, pontos de vista comuns para olhar a sociedade e, principalmente, perceber sua própria experiência diante de determinados assuntos/problemas.

Já em relação à faixa etária dos respondentes, ela se mostrou significativa apenas entre a população maringaense, o que nos permite inferir que os cidadãos civis tendem a ser menos igualitários conforme sua idade se eleva. Entre os policiais militares, a distribuição de indivíduos na escala do IIGS se mostrou normal para as distintas faixas etárias, ou seja, sem concentração de casos entre algum dos três perfis de idade.

Por fim, o efeito positivo da escolaridade sobre o IIGS para ambas as amostras demonstra que quanto maior o nível de escolarização dos indivíduos, maior também é a tendência de que seu entendimento seja mais igualitário em termos de situações ordinárias à vida em sociedade, o que reforça argumento já encontrado em outras pesquisas sobre a influência da variável escolarização nas posições políticas (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995), além de se revelar como importante determinante do engajamento político.

Ainda analisando a Tabela 5, temos os valores de *Beta*, que corresponde ao coeficiente de regressão padronizado, o que se refere aos valores de *B* ajustados conforme a adequação das medidas das variáveis independentes a uma única unidade, da variável dependente (MAROCO, 2007; FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2011). Nesse sentido, para a população maringaense, a faixa etária dos indivíduos é o preditor mais forte do IIGS entre os testados, seguido por sexo e escolaridade, cujos efeitos são semelhantes. Entre os PMs, o sexo apresenta forte capacidade preditiva, expressivamente superior àquela decorrente da escolarização dos policiais. Esse dado é significativo porque nos esclarece sobre as nuances e diferenças que subjazem ao que têm em comum os dois grupos aqui investigados. Se enquanto grupo eles não se diferenciam no que diz respeito à distribuição de posições igualitárias, internamente, encontramos clivagens que merecem ser sublinhadas porque podem ser indicativas da presença de elementos específicos à cultura policial. Voltaremos a esse assunto mais à frente.

Por ora, vale registrar que, diante dos resultados expostos nas Tabelas 3 a 5, temos subsídios para responder à segunda questão proposta para este trabalho, referente à existência de diferenças na percepção de igualdade de gêneros por civis e por PMs. Nossa análise indica que cidadãos comuns e policiais militares possuem valores semelhantes em se tratando da maneira como se posicionam diante do tema da igualdade de gênero na sociedade, mas os homens, nos dois grupos, apresentam disposições menos favoráveis ao igualitarismo do que as mulheres. Em contrapartida, a escolaridade surte o efeito esperado em termos teóricos, uma vez que contribui para a elevação de uma postura mais favorável à igualdade entre homens e mulheres, nos dois grupos analisados.

Passemos agora à análise apenas das respostas dos policiais sobre questões que abordam a igualdade de gênero quando o assunto diz respeito às rotinas de trabalho da corporação. Assim como disposto na bateria que culminou no IIGS, os respondentes foram inquiridos a responder se “discordam totalmente”, “discordam”, “concordam” ou “concordam totalmente” com cada uma das oito afirmações apresentadas na Tabela 6. Os percentuais de indivíduos que afirmaram concordar ou concordar totalmente com cada uma das afirmações foram agregados para exposição na Tabela 6.

Tabela 6 – Percepção de igualdade de gênero na polícia (% de concordância com afirmações)

Afirmação	PMPR
O policial masculino lida melhor com ocorrências de risco.	73,6
De modo geral, os homens são melhores policiais do que as mulheres.	72
O homem tem um melhor desempenho no serviço operacional por ser mais forte e corajoso que a mulher.	65,3
Poucas mulheres têm qualidades necessárias para ocupar um cargo na polícia.	64,6
É preferível estar sob o comando de um policial militar masculino.	63,7
Considerando que você trabalhe ou trabalhasse na atividade operacional, é preferível trabalhar com policiais masculinos.	62,3
É preferível comandar policiais militares masculinos.	59,7
A mulher não combina com o mundo da polícia.	48,9

n = 628.

Fonte: Banco de dados *Direitos humanos e gênero na PMPR 2012/2013*.

Diferentemente das percepções sobre a igualdade de gênero na sociedade, expressas na Tabela 3, quando se trata do igualitarismo no interior da corporação, os policiais demonstram maiores resistências a considerar igualmente mulheres e homens, uma vez que concordam, totalmente ou em parte, que homens são mais capacitados ou reúnem melhores habilidades para o desempenho do trabalho do que mulheres. Podemos sugerir que elementos constitutivos da cultura policial, que valoriza capacidade de reação a risco, coragem e exercício de autoridade, favorecem uma visão segundo a qual os homens seriam mais preparados para desempenhar a função de policial.

Entretanto, como os percentuais de respostas discordantes das afirmações se concentraram entre 26,4 e 51,1%, criamos outro índice com a finalidade de verificar quão igualitaristas ou sexistas são os policiais⁹. Para tanto, expandimos a análise referente ao IIGS a outro indicador, o qual denominamos Índice de Igualdade de Gênero na Polícia (IIGP), composto pela bateria de questões exposta na Tabela 6.

⁹ Alpha de Cronbach de ,717.

Tabela 7 – Índice de igualdade de gênero na polícia

	%	% acum.
0	9,6	9,6
1	11,5	21,2
2	11,7	32,9
3	10,8	43,7
4	11,3	55
5	9,6	64,6
6	10	74,6
7	10,6	85,2
8	14,8	100
Total	100	-
Média	4,1327	-

n = 628.

Fonte: Banco de dados *Direitos humanos e gênero na PMPR2012/2013*.

Os dados expostos na Tabela 7 nos permitem inferir que os policiais militares paranaenses se distribuem de maneira equitativa nos diferentes pontos da escala, já que os percentuais de casos concentrados nos pontos de 0 a 7 variam entre 9,6 e 11,7%. A média encontrada reflete a distribuição regular dos casos no índice, de modo que seu valor se localiza praticamente no ponto médio da escala.

Vale chamar a atenção para o ponto 8, maior da escala e que indica completa discordância das afirmações sexistas expostas na Tabela 6, que representou a escolha de 14,8% dos PMs. Esse dado sugere que, em termos gerais, os policiais tendem a aceitar a presença feminina na instituição, mas, quando são interpelados de maneira mais efetiva sobre trabalhar com mulheres no desempenho de funções policiais, fica evidente o quanto elas “são pouco confiáveis” aos olhos dos pares, como demonstram os dados da Tabela 6.

Por fim, quisemos saber quais seriam os preditores do igualitarismo entre os policiais e, para tanto, testamos a capacidade preditiva, em modelos de regressão linear, das variáveis independentes sexo, idade, escolaridade, cargo e atividade de ocupação. Os resultados dos modelos para o IIGS e o IIGP seguem na Tabela 8.

Tabela 8 – Preditores da igualdade de gênero na sociedade e na polícia entre policiais militares do Paraná

	IIGS ¹			IIGP ²		
	<i>B</i>	<i>Beta</i>	<i>p</i>	<i>B</i>	<i>Beta</i>	<i>p</i>
Constante	3,145		0	5,186		0
Sexo	-0,533	-0,121	0,004	-1,546	-0,156	0
Idade [faixas]	-0,102	-0,037	0,382	0,194	0,034	0,442
Escolaridade [faixas]	0,327	0,146	0,001	0,009	0,002	0,966
Cargo [Praça]	0,062	0,02	0,722	-0,101	-0,016	0,776
Atividade [Operacional]	-0,031	-0,011	0,844	0,14	0,025	0,663

¹ R² ajustado = ,031; ANOVA = ,001; n=628.

² R² ajustado = ,016; ANOVA = ,022; n=628.

Fontes: Banco de dados *Direitos humanos e gênero na PMPR 2012/2013*.

Em se tratando de variáveis relacionadas ao trabalho dos policiais militares, cabem duas breves considerações: a primeira medida trata da posição hierárquica dos PMs na corporação, os quais são divididos entre praças (classe de execução, subordinados) e oficiais (classe de gerenciamento, que ocupam postos superiores); a segunda medida diz respeito ao tipo de atividade desenvolvida e distingue os PMs entre administrativos (aqueles que desenvolvem trabalhos burocráticos ou atividades-meio, entendidas como âmbito, por excelência, de policiais do sexo feminino) e operacionais (que realizam o trabalho de rua, de combate efetivo ao crime, mais associado ao policial masculino).

No que diz respeito aos modelos, vemos que a inclusão das variáveis relacionadas ao trabalho (cargo e atividade dos policiais) não altera os determinantes do IIGS, ou seja, homens tendem a manifestar opiniões menos igualitárias sobre os papéis de gênero na sociedade e pessoas com maior escolaridade são mais propensas a ser igualitaristas. O peso do gênero dos policiais também se manifesta, e em medida mais acentuada, quando analisamos o IIGP, o que denota que homens tendem a ser ainda menos favoráveis à igualdade de gênero quando a questão envolve o trabalho policial. Assim, como nos testes anteriores, a idade não se mostrou preditora de igualitarismo.

Se lido à luz dos resultados da Tabela 5, que já havia mostrado que entre os policiais a variável sexo apresentava forte capacidade preditiva para explicar posições mais ou menos favoráveis à igualdade de gênero na sociedade, esse último dado nos confirma que, na instituição policial, os homens tendem a ser mais acentuadamente desfavoráveis a posições igualitárias também em termos de questões referentes às rotinas de trabalho da corporação.

Sugerimos, assim, que os elementos constitutivos da cultura policial tendem a produzir mais efeitos sobre os homens, que oferecem maiores resistências a posições favoráveis à igualdade de gênero, principalmente no que diz respeito às relações de gênero na própria instituição. Torna-se importante ressaltar que os dois elementos constitutivos da cultura policial, o perigo e a autoridade, demandariam atributos de força e coragem que, conforme se viu, são características associadas ao gênero masculino e não ao feminino. Assim, os elementos específicos da cultura policial potencializam, no interior da instituição, atitudes e valores desfavoráveis a uma maior igualdade de gênero.

Considerações finais

Consideramos importante destacar quatro achados deste estudo. Em primeiro lugar, os dados nos permitem concluir que os dois grupos estudados não se distinguem nas imagens construídas de homens e mulheres. Ambos percebem as mulheres como “emotivas” e “solidárias” e homens, em contraponto, como “egoístas e competitivos”, reproduzindo visões sobre os gêneros fartamente divulgadas na cultura ocidental, desde os filósofos até o senso comum.

O segundo destaque refere-se aos dados que mostraram que os grupos não se diferenciam no que diz respeito a posições favoráveis à igualdade de gênero na sociedade, ou seja, a princípio, a atribuição de características diferentes para os gêneros não se desdobra, nas amostras analisadas, em uma visão hierarquizada entre homens e mulheres no que diz respeito a situações mais gerais da sociedade. Entretanto, como terceiro achado importante, o gênero do respondente, em ambos os grupos, importa como preditor. Mulheres tendem a ser, nos dois grupos, mais favoráveis do que homens à igualdade de gênero em questões gerais.

Como quarto achado importante, sugerimos que elementos específicos da cultura policial influenciam posições sobre igualdade de gênero, tornando os homens ainda menos dispostos no que se refere a esse assunto. A atribuição de características diferentes para os gêneros, encontradas igualmente nos dois grupos investigados e que a princípio não se desdobrou em visões hierárquicas entre homens e mulheres na sociedade, ganha, quando o assunto é a rotina de trabalho policial, outro significado. As mulheres, vistas como mais altruístas, desinteressadas e emotivas, não seriam tão preparadas como os homens para o exercício de uma profissão em que o indivíduo tem que ser desconfiado o tempo todo e preparado para situações de risco. Os homens são vistos como mais decididos, mulheres como mais emocionais, o que as tornaria menos hábeis para o trabalho policial. Ou seja, o que é valorizado no desempenho da função policial transforma o reconhecimento das diferenças entre os gêneros em visões que atribuem *status* desiguais para homens e mulheres naquela função.

Podemos sugerir que elementos específicos da cultura policial refletem e ao mesmo tempo ajudam a reproduzir as posições de poder vantajosas ocupadas pelos homens, na instituição, em relação às mulheres. Essas duas dimensões – a cultural e a institucional – se retroalimentam, conferindo aos homens maiores recursos de poder na instituição, e, como os dados destacados anteriormente apontam, são precisamente eles, diante delas, os que mais amparam as percepções que são parte dessa engrenagem.

A promoção da igualdade de gênero se tornou um consenso. Dificilmente encontramos alguém explicitamente discordando de que é necessário tratar os gêneros igualmente. Parte significativa dos dados dessa pesquisa corrobora esse consenso. Entretanto, outra parte também sugere que, quando esse assunto se refere à forma como o poder impacta a vida e as relações de grupos específicos, ou seja, quando indivíduos são chamados a se manifestarem de forma mais objetiva sobre as relações de gênero nos seus cotidianos, eles tendem a produzir maiores resistências ao princípio da igualdade, principalmente quando estamos diante de uma instituição que valoriza os atributos historicamente associados ao gênero masculino, como é a polícia.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, C. C. R.; RIBEIRO, E. A.; GIMENES, É. R. *Banco de dados cultura política, gênero e eleições presidenciais de 2010 no Brasil*. São Paulo: Consórcio de Informações Sociais, 2014. Disponível em: <<http://www.nadd.prp.usp.br/cis/DetalheBancoDados.aspx?cod=B490>>. Acesso em: 11/04/2014.
- BRETAS, M. L. Observações sobre a falência dos modelos policiais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 79-94, 1997.
- CALAZANS, M. E. Polícia e gênero no contexto das reformas policiais. *La Salle - Revista de Educação, Ciência e Cultura*, v. 10, n. 2, p.21-35, 2005.
- CYFER, Ingrid. Liberalismo e feminismo: igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaun. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 135-146, 2010.
- DALTON, R. J. *The partisan American: dealignment and changing electoral politics*. Washington, DC: Sage, 2013.
- FIGUEIREDO FILHO, D. *et al.* O que fazer e o que não fazer com a regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Múltiplos Quadrados Ordinários (MQO). *Revista Política Hoje*, v. 20, n. 1, p. 44-99, 2011.
- FINLAY, A.; WRAY-LAKE, L.; FLANAGAN, C. Civic engagement during the transition to adulthood: developmental opportunities and social policies at a critical juncture. In: LERNER, R. M.; STEINBERG, L. (Eds.). *Handbook of adolescent psychology*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2010. p. 721-746.

- JAGGAR, A. M. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. (Orgs.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 157-185.
- KINDER, D. R. Politics and the life cycle. *Science*, v. 312, n. 5782, p. 1905-1908, 2006.
- LIMA, João M. Maciel de. *Apontamentos sobre cultura policial*. Artigo apresentado no Mestrado em Políticas Públicas e Pensamento Social da Universidade Estadual Paulista, 2008. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/viewFile/1078/966>>. Acesso em: 12/10/2013.
- MAROCO, J. *Análise estatística com utilização do SPSS*. 3. ed. Lisboa: Silabo, 2007.
- OKADO, L. T. A. *Juventude e participação política no Brasil: efeitos de ciclos de vida ou geração?* 2013. 102 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.
- OKIN, S. *Justice, gender, and the family*. New York: Basic Books, 1989.
- PAOLINE, E. A. III. Taking stock: toward a richer understanding of police culture. *Journal of Criminal Justice*, v. 31, n. 3, p. 199-214, 2003.
- PATEMAN, C. Críticas feministas a la dicotomia público/privado. In: CASTELLS, C. (Org) *Perspectivas feministas en teoría política*. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 1996.
- RENNÓ, L. R.; SMITH, A. E.; LAYTON, M. L.; PEREIRA, F. B. *Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania*. São Paulo/Nashville: Intermeios/Latin American Public Opinion Project, 2011.
- SKOLNICK, J. H. *Justice without trial: law enforcement in democratic society*. New York: Wiley, 1966.
- SQUIRES, J. Group representation, deliberation and the displacement of dichotomies. In: SAWARD, M. (Ed.). *Democratic innovation: deliberation, representation and association*. London: Routledge, 2000.
- SOUZA, M. A. de. *Valores e atitudes sobre os papéis de gênero na Polícia Militar do Paraná*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.
- TORDORO, M. A. *Ação policial e os direitos humanos*. Pesquisa sobre os valores e atitudes dos policiais militares paranaenses. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.
- TRONTO, J. C. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. (Orgs.). *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997. p. 186-203.
- VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge: Harvard University, 1995.
- YOUNG, I. M. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University, 2000.
- _____. A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações feministas da teoria moral e política. In: BENHABIB, S.; CORNELL, D. (Orgs.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. p. 66-86.

ZAMAKONA, E. B. El personal policial feminino en La Ertzaintza 1999. **Revista Técnica del Ertzaintza**, n. 2, p. 47-97, 2000.

Carla Cecília Rodrigues Almeida

Possui doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Contato: carlaalm@uol.com.br.

Marcos Aparecido de Souza

Possui mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Atualmente é Capitão da Polícia Militar do Paraná. Contato: tenentemarcos@yahoo.com.br.

Éder Rodrigo Gimenes

Possui doutorado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua é professor da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e do Centro Universitário de Maringá (UniCesumar). Contato: ergimenes@uem.br.

RSP